



**PREGÃO ELETRÔNICO:** 013/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 001047/2025-57

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO, CONSERVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES DE SAÚDE

**PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO PELA EMPRESA:** SETA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA.

Versam os autos do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO, CONSERVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

O presente pedido de impugnação foi recebido em 04/03/2026 via sistema por esta pregoeira e a data agendada para abertura do certame foi 10/03/2026, deste modo a peça é tempestiva.

No pedido de impugnação, a licitante solicita:

“(…)

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações devem submeter-se a práticas de gestão de riscos. O Mapa de Riscos (Anexo II do ETP) identificou o Risco 3 ("Contratação de empresa sem qualificação técnica ou econômica adequada") e o classificou como nível "Alto".

Contudo, a fixação do CCL em 16,66% — percentual que corresponde a dois meses de faturamento — **não foi acompanhada, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), de um estudo quantitativo que justificasse por que percentuais inferiores seriam insuficientes para mitigar tal risco.**

A gestão de riscos exige que as medidas mitigadoras sejam **calibradas e motivadas**, e não apenas fixadas em patamares máximos de forma abstrata.

Com efeito, **a exigência simultânea de PL e CCL** em níveis elevados configura uma **dupla barreira econômico-financeira**. O Patrimônio Líquido já atesta a solidez estrutural da empresa, enquanto o CCL demonstra sua liquidez operacional.

(…)

Exigir 16,66% de CCL em um contrato cujo valor anual ultrapassa R\$36 milhões obriga a licitante a demonstrar um capital disponível de mais de R\$6,1 milhões, valor este somado à exigência de R\$ 3,6 milhões de Patrimônio Líquido.



Tal cumulatividade fere os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade** previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

(...)

IV – DOS PEDIDOS FINAIS.

Diante de todo o exposto, a empresa **SETA SERVIÇOS** requer que esta respeitável Comissão de Licitação e o Senhor Pregoeiro recebam a presente impugnação para, no mérito, dar-lhe **PROVIMENTO**, determinando:

a) **A REAVALIAÇÃO DOS PERCENTUAIS** exigidos para o Capital Circulante Líquido e/ou a exclusão de sua exigência cumulativa com o Patrimônio Líquido, **reduzindo-os a patamares que garantam a segurança da Administração sem sacrificar a ampla competitividade;**

b) **SUBSIDIARIAMENTE**, caso mantidos os percentuais, que seja apresentada **FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA OBJETIVA NO ETP/TR**, mediante **ESTUDO QUANTITATIVO QUE DEMONSTRE A ESTRITA NECESSIDADE DOS REFERIDOS ÍNDICES PARA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DESTA CONTRATAÇÃO**, sob pena de a omissão ser objeto de questionamento judicial, por restrição ilegal à competitividade e participação no certame, bem como por violação à transparência necessária, ora assegurada aos processos licitatórios.

c) **A REPUBLICAÇÃO DO EDITAL** com a reabertura do prazo para apresentação de propostas, caso a alteração afete a formulação das mesmas, nos termos do art. 55, §1º da Lei nº 14.133/2021.”

Considerando que o teor dos pedidos é específico da fase preparatória deste certame, esta pregoeira solicitou subsídio a equipe da Gerência de Elaboração e Revisão dos Termos de Referência dos Bens e Serviços Comuns e Especiais – GERTE/SUPEL/SELC, a qual se manifestou da seguinte forma:

“(…)

Em relação à alegação apresentada pela impugnante quanto à suposta irregularidade na exigência cumulativa de Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% do valor estimado da contratação e Patrimônio Líquido mínimo de 10%, cumpre esclarecer que tais exigências não constituem inovação ou restrição arbitrária estabelecida pela Administração, mas decorrem diretamente de **diretriz normativa consolidada aplicável às contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**.

A Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes para contratação de serviços sob regime de execução indireta, amplamente utilizada por órgãos da Administração Indireta, e no caso, adotada como base de boas práticas para a instrução desta contratação, estabelece expressamente parâmetros objetivos para a definição das condições de habilitação econômico-financeira. Nos termos do Anexo VII-A da



referida norma, que trata das diretrizes para elaboração do ato convocatório, a Administração deverá exigir, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a comprovação simultânea de determinados indicadores financeiros destinados a demonstrar a capacidade econômica da empresa licitante.

Nesse sentido, a norma dispõe que devem ser exigidos:

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis que comprovem **índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1;**
- **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação;** e
- **comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação,** mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

Observa-se, portanto, que a própria norma estabelece expressamente a exigência simultânea desses indicadores, justamente em razão das particularidades das contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Nesses contratos, a empresa contratada deve possuir capacidade financeira suficiente para suportar, antecipadamente, despesas significativas relacionadas à remuneração de empregados, encargos trabalhistas, benefícios, provisões e demais custos inerentes à execução contratual.

Nesse contexto, cada indicador possui finalidade distinta e complementar no processo de verificação da capacidade econômica da licitante. O Capital Circulante Líquido constitui indicador de liquidez de curto prazo, demonstrando a capacidade da empresa de honrar obrigações operacionais imediatas, especialmente aquelas relacionadas ao pagamento de salários e encargos decorrentes da execução do contrato. Já o Patrimônio Líquido representa indicador de solidez financeira estrutural da empresa, evidenciando a existência de base patrimonial mínima capaz de suportar riscos inerentes à execução contratual.

Dessa forma, não se trata de exigências redundantes, mas sim de critérios financeiros distintos que avaliam dimensões diferentes da saúde econômico-financeira da empresa, sendo ambos expressamente previstos como parâmetros de habilitação nas diretrizes normativas que orientam a elaboração dos editais para esse tipo de contratação.

Ademais, a adoção desses parâmetros encontra respaldo nas boas práticas de gestão de riscos das contratações públicas, tendo por objetivo assegurar que o futuro contratado possua capacidade financeira compatível com o porte e a complexidade do objeto licitado, prevenindo situações de inadimplemento contratual, interrupção dos serviços ou descumprimento de obrigações trabalhistas.

Assim, verifica-se que as exigências constantes do edital não configuram restrição indevida à competitividade, mas sim a aplicação de parâmetros normativos expressamente previstos na Instrução Normativa nº



5/2017, amplamente adotados pela Administração Pública em contratações de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.

Diante disso, conclui-se que a exigência cumulativa de Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% e Patrimônio Líquido mínimo de 10% encontra respaldo direto na regulamentação aplicável às contratações dessa natureza, razão pela qual não se verifica irregularidade ou desproporcionalidade nas condições estabelecidas.

(...)”

Importante registrar que o tema da impugnação é técnico e advém de condições e exigências pré-estabelecidas nos documentos da fase interna do processo, não cabendo à Pregoeira promover qualquer alteração posterior de ofício, uma vez que as prerrogativas de sua função são da aplicação das regras previamente dispostas, julgando as impugnações e questionamentos com base nos referidos artefatos de planejamento das contratações.

Desse modo, considerando estritamente a manifestação supracitada da GERTE, setor responsável pela elaboração do Termo de Referência e que detém a expertise necessária quanto as questões técnicas e exigências definidas neste documento da fase preparatória, das quais decorreram os questionamentos apresentados, esta Pregoeira decide pelo indeferimento do pedido de impugnação promovido pela empresa **SETA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA**, nos termos da fundamentação inclusa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Campo Grande - MS, 09 de março de 2026.

**Kassiany Felicita de Souza Medeiros**

Pregoeira

Coordenadoria de Processamento das Licitações – COPROL

Superintendência de Licitações e Compras Diretas - SUPLIC/SECOMP



## RESPOSTA - PE 013-2026 - SETA SERVIÇOS.pdf

Código do documento: KXWM-J4MC-9T93-S266



### Autenticação Eletrônica

Valide em <https://compras.campogrande.ms.gov.br/flowbee-pub/#/validar/KXWM-J4MC-9T93-S266>

Ou digite o código: KXWM-J4MC-9T93-S266

Assinado em conformidade à Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

## Assinaturas



Eletrônica

**KASSIANY FELICCITA DE SOUZA MEDEIROS**

CPF: 041\*\*\*\*\*23

Em: 09/03/2026 11:07